

SUPERINTEND. ESTADUAL DO R.G. NORTE-INCRA/SR-19

## Estudo Técnico Preliminar 5/2025

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 54000.127694/2025-17

### 2. Descrição da necessidade

Prestação de Serviços de **Copeiragem**

(Inciso I, art. 18, §1º da Lei 14.133/2021)

Este estudo técnico preliminar tem por objetivo identificar e analisar os *cenários* para atendimento da demanda requisitada, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das *soluções* identificadas. Fornecer as informações necessárias para *subsidiar* a elaboração do Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

De acordo com o artigo 6º da IN/SEGES 58/2022, o ETP deverá evidenciar o *problema* a ser resolvido e a melhor *solução*, de modo a permitir a avaliação da *viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação*.

Passamos então a analisar o contexto do requisitante no Documento de Formalização da Demanda – **DFD SEI (25711512)**.

O presente estudo abrange uma demanda de contratação para prestação, de forma contínua, dos serviços de **Copeiragem (Copeira - CBO 5134-25)**, com fornecimento de mão de obra, disponibilizando materiais, equipamentos e ferramentas, necessárias à execução dos serviços, a serem executados no **prédio** da Sede da Superintendência Regional do INCRA/RN, localizada na Rua Dr. Nilo Bezerra, 489 - Tirol, Natal - RN.

Podemos observar nos autos do NUP 54000.163640/2019-77 que esta SR/RN já teve esse tipo de *necessidade* em anos anteriores com execução de seus contratos, exemplo do NUP 54330.001122/2014-14, **SEI (2704063 e 0059588)**.

No respectivo processo consta que esta SR está com um Contrato em vigência nº 77/2020, **SEI (5774893)**, cujo objeto é o mesmo da demanda ora requerida firmado com a empresa **LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.482.840/0001-38, contemplando a **vigência** atual no período de **10/03/2025 a 10/03/2026**, conforme Segundo Termo Aditivo nº 311/2025, **SEI (23452223)**, prorrogação esta autorizada **SEI (23442178)**. Observamos nos autos que a contratação atual é resultante da realização do Pregão Eletrônico nº 01/2020, **SEI (5566256)**, certame este realizado com base na extinta Lei 8.666/93. A motivação e justificativas que levaram a abertura do referido procedimento licitatório encontram-se exaradas no OFÍCIO Nº 72477/2019/SR(19)RN-A2, **SEI (4847456)**. A autorização do procedimento consta do **SEI (4886988)**. O Histórico de Gestão do Contrato encontra-se nos autos **SEI (12951068 e 23109380)**.

A Convenção Coletiva de Trabalho em vigência 2025/2025 é a RN000009/2025, **SEI (23122081)**. O processo de acompanhamento e fiscalização da Execução do contrato atual é o NUP 54000.030458/2021-55.

Analisando os cenários desta SR verificamos que a intenção do requisitante da demanda é a *necessidade* da instauração de novo procedimento licitatório tendo como base legal a Lei 14.133/21 e seus regulamentos, para evitar a *descontinuidade* na execução desses serviços, *necessários e essenciais*, para o INCRA/RN, conforme apresentaremos neste ETP.

Dado o leque de competências funcionais e áreas de atuação deste órgão, de fundamental importância se faz o município desta autarquia de serviços eminentemente acessórios – não ligados diretamente à atividade fim – conforme previsto no Decreto nº 9.507/18. Os serviços que são o objeto do presente estudo se enquadram nessa definição, pois são necessários à autarquia – conforme será demonstrado adiante.

Em suma, as atividades que se pretendem terceirizar atendem às condicionantes estabelecidas em legislação aplicável (Decreto 9.507/2018, art. 3º, alíneas I a IV).

Na vereda da mão de obra que se pretende adquirir, é de fundamental destaque a *necessidade* de que o INCRA/RN seja municiado de profissionais capacitados para os serviços demandados, ratificando o requisitante da demanda sobre a *necessidade* e a *essencialidade* em atendê-la, para que os serviços não sofram solução de continuidade e sim, serem prestados de maneira *contínua* e *ininterrupta*.

Motiva-se a viabilização do atendimento do pleito à vista do disposto no Decreto n.º 9.507/2018, que regulamenta a contratação de *atividades acessórias* à consecução da função pública. É necessário dotar a máquina pública, por meio da atividade de terceiros, de serviços fora de sua área de atuação. Essas atividades possibilitam à Autarquia uma gestão qualitativa de pessoal capaz de atingir suas metas institucionais com eficácia e eficiência.

Considera-se na presente análise o artigo 9º da IN/SEGES/MPDG nº 05/2017, que, ao estabelecer os objetos que não se podem terceirizar, *excepciona*, no seu parágrafo único, as atividades auxiliares, instrumentais e acessórias como passíveis de execução indireta:

*"Parágrafo único - As atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias às funções e atividades definidas nos incisos do caput podem ser executadas de forma indireta, sendo vedada a transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado."*

Por oportuno, registre-se que o objeto pretendido não envolve serviços cuja execução indireta está proibida pelo art. 3º do Decreto n. 9.507/2018, a saber:

*"serviços que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; serviços estratégicos cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimento e tecnologias; serviços relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; serviços que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, exceto quando se tratar de cargo já extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."*

Os serviços a serem contratados possuem *padrões de desempenho* e *qualidade* que podem ser objetivamente definidos por este Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como *bens* e *serviços comuns*, nos termos do art. 6º, da Lei 14.133/2021 e *Seção VI da IN nº 05/2017*.

O INCRA/RN tem como *missão* implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. Nesse contexto, é papel da Administração garantir o funcionamento das *atividades de apoio* necessárias à consecução da finalidade institucional. São estas as atividades técnicas, administrativas e operacionais, que embora não se constituam em atividade fim da Superintendência, são *necessárias* e *essenciais* para o cumprimento dos seus objetivos sociais.

Ressaltamos que o INCRA/RN, como instituição pública, recebe *diariamente* em sua Sede um grande número de pessoas que acessam os seus espaços físicos para diversas finalidades. Comumente, são servidores, colaboradores, fornecedores, visitantes e a comunidade em geral que vem com o objetivo de conhecer a sua infraestrutura ou possuem agendas na sede desta SR, para tratar de assuntos pertinentes a Reforma Agrária no Estado.

Passamos a discorrer sobre os serviços demandados:

**SERVIÇOS DE COPEIRAGEM** – São serviços necessários e essenciais no que diz respeito a apoio na *organização* e *suporte* para realização de constantes reuniões, eventos e visitas que vem à Sede desta SR, nas atividades rotineiras. Em geral prepara o café, dispô-lo em recipiente térmico, servindo-o observando as normas de higiene

pessoal e de serviço; lava adequadamente as louças e os utensílios de copa antes e depois do uso; limpa a geladeira e outros eletrodomésticos sob a sua responsabilidade; limpa balcão da copa; zela pela limpeza e higiene do ambiente evitando o acúmulo de lixo e utensílios a serem lavados; mantém em boas condições os materiais e utensílios em uso; apresenta-se com boa aparência e uniforme completo e demais atribuições correlatas as suas funções.

A perspectiva da *necessidade e essencialidade* de viabilização da contratação em epígrafe se materializa pelas narrativas ora descritas que também constam do processo eletrônico do contrato em vigência, através da identificação de um *problema* ou uma situação que deve ser resolvida pela Administração com o objetivo de atender o *interesse público*. A *descontinuidade* dos serviços requeridos poderá acarretar *problemas*, uma vez que esta SR depende exclusivamente da terceirização dos mesmos, para realizar *um melhor atendimento na organização* e suporte quando da realização de constantes reuniões e eventos nesta SR.

Não resta dúvida que os serviços requeridos são *necessários e essenciais* para que a autarquia agrária possa alcançar suas metas regimentais, não havendo alternativa para a execução direta, uma vez que não constam da relação de cargos do Ministério do Desenvolvimento Agrário -MDA ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. Portanto, sua execução deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

A demanda enquadra-se como *serviços continuados* nos termos da IN nº 05/2017 pois visam suprir *necessidades* permanentes da Administração Pública, por meio da prestação de um serviço não passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, nem módulos, nem fases, nem etapas independentes, porém prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, ou de outro modo posto à disposição em caráter permanente, com a *dedicação exclusiva de mão de obra*.

A contratação, de forma continuada, dos serviços Terceirizados tem base legal na *Lei nº 9.632/1998, no Decreto nº 9.507/2018, e art. 7º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017*.

Traz o art. 15 da IN SEGES/MP nº 05/2017-MPDG:

*“os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.*

Com o intuito de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa e visando a garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma *contínua, eficiente e segura*, a Administração Pública vem buscando, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus escassos recursos. Neste ensejo, a execução indireta é a melhor Solução para o provimento de categorias profissionais que não mais ingressarão na Administração Pública, e que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento organizacional.

O *Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no § 7º do art. 100*, prevê que a Administração procurará *desobrigar-se* da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

Sabe-se que a *terceirização* é uma ferramenta da administração que transfere a terceiro a responsabilidade pela execução de tarefas específicas. Um dos benefícios é contar com um corpo de profissionais especializados na execução da atividade objeto de terceirização. A *Portaria MP nº 443, de 27 de dezembro de 2018*, estabelece um rol exemplificativo de serviços a serem executados, preferencialmente, mediante terceirização. Dentre estes, inclui-se os serviços ora requeridos.

Deve-se observar que o *art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018* estabelece *vedações* à terceirização na Administração pública, com destaque a impossibilidade de terceirização das atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto, disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

Traz o artigo 3º, do Decreto nº 9.507/2018:

*Art. 3º - Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:*

- a) que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;*
- b) que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;*
- c) que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e*
- d) que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.*

*§ 1º - Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.*

Nesse sentido, os serviços demandados não estão contemplados nas vedações de terceirização dispostas na norma, considerando-se, ainda, as vantagens operacionais e gerenciais proporcionadas pela terceirização. Assim, a alternativa da terceirização vem-se traduzindo como a Solução cabível, possibilitando a contratação indireta dos mesmos.

Um destaque sobre a opção pela contratação conjunta de *materiais* e *serviços* justifica-se pelas observações das *experiência* e *vivências* dos contratos anteriores, nas seguintes considerações:

- a) as empresas terceirizadas adquirem material em quantidade muito superior às demandas da instituição, visto que detêm vários contratos, podendo obter preços menores que a Administração;
- b) o gerenciamento centralizado dos serviços e materiais por uma única contratada proporciona melhor integração das atividades, reduzindo as possibilidades de interrupção devido a falta de materiais;
- c) a maioria das empresas que prestam os serviços ora requeridos fornece também os materiais necessários, ou seja, não há redução da competitividade, tão pouco ofensa ao princípio da economicidade;
- d) Além do que não há risco de compras maiores ou menores que os necessários, assim como controles de almoxarifado para estes itens; e
- e) Não será necessário a disponibilidade de grande área de depósito para o armazenamento dos materiais, uma vez que os quantitativos entregues serão para uso mensal.

Com isso, a Administração alcança melhores resultados, inclusive, em termos de *economicidade* e de melhor aproveitamento dos recursos humanos. Assim, diante dos *cenários* apresentados, no interesse público, entendemos necessário se faz o atendimento da demanda. com a perspectiva de melhorar o funcionamento administrativo, a fim de não comprometer sua dinâmica alocando servidores em áreas de apoio quando poderiam executar atividades de maior complexidade e relevância para o cumprimento das metas organizacionais, dentro das atribuições principais de seus cargos.

Cumprir prevenir quanto a necessidade de gerenciar e adotar medidas para mitigar o risco de não conseguir licitar de forma tempestiva, ou seja, para iniciar a prestação dos serviços da contratação o mais breve possível.

Considerando que o contrato em vigência tem o mesmo objeto, experiências e parâmetros aferidos e resultantes também de contratos anteriores desta SR, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública, no interesse público, bem como buscando maximizar os resultados com ganho de tempo e produtividade,

considerando a evidência de *celeridade* do atendimento da demanda, estamos coletando dados utilizados no processo do contrato em vigência já mencionado neste ETP, fazendo alterações e ajustes necessários, *atualizando* o texto com os dispositivos da *Lei nº 14.133/21 e seus regulamentos*.

Recomendamos que na elaboração dos *artefatos*(TR, minuta do Contrato e Edital), observância as excelentes *minutas* padrão da **AGU**, atualizadas, as quais podem ser consultadas e baixadas nos sites <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133> e/ou <https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/modelos-de-licitacoes-e-contratos>

Este Estudo foi elaborado no Portal de Compras do Governo Federal/sistema **ETP Digital**, com base na *IN/SEGES/Nº 58/2022*, tendo observância a *Lei Nº 14.133/21* e seus regulamentos, a *IN/SEGES/Nº 05/2017* e demais normativos pertinentes a matéria, seguindo as orientações contidas no *Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU* disponível no site <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimento-de-contratacao-agu-fev-2024.pdf> , assinado pela *Equipe de Planejamento da Contratação*, conforme *Ordem de Serviços nº 2559, SEI(26083568)*, será disponibilizado também em PDF, no Sistema Eletrônico de Informações(SEI) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Administração - SR(RN)A	Augusto Carlos Avelino Teixeira de Carvalho

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

(§1º, Inciso III, art. 18, da Lei 14.133/2021)

A atividade a ser desenvolvida será executada por profissionais cuja categoria é reconhecida legalmente e está relacionada na **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO**, conforme quadro abaixo, estando disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável composto por diversas empresas prestadoras desse serviço, as quais são compatíveis entre si:

Item	Descrição	CBO
1	Serviços de Copeiragem (Copeira )	5134-25

Em relação aos serviços de Copeiragem, a contratação deverá ser por **Posto** em razão da *necessidade* da presença do trabalhador nesta Sede, conforme já foi motivado no DFD e neste ETP, estando este profissional apto a atender as demandas que possam surgir com eficácia e rapidez.

Os requisitos técnicos da execução dos serviços demandados conforme suas especificidades(tipos de áreas, carga horária, jornada de trabalho, materiais, uniformes, ferramentas, equipamentos, EPI's, escolaridade, qualificação, etc...), constarão em tópico específico do **Termo de Referencia**.

**Sustentabilidade** - A Administração Pública, como consumidora, também deve agir para aperfeiçoar a sua gestão interna, adotando práticas mais eficientes que minimizem os impactos decorrentes de suas ações. Nesse sentido, desde 2010, o desenvolvimento nacional sustentável passou a integrar os objetivos a serem alcançados na licitação. Já no novo regulamento de compras(Lei nº 14.133/21) além de compor um dos objetivos do processo licitatório, o *desenvolvimento nacional sustentável* também assume papel de princípio norteador das contratações públicas. Assim, todas as contratações públicas devem ser pautadas pela ótica da *sustentabilidade*.

Dada a relevância do tema recomendamos aos prestadores de serviços terceirizados e os gestores públicos a implementarem rotinas mais sustentáveis em suas unidades de atuação, efetuando consultas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel>, tendo observância e adotando práticas, no que couber, do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU - 7ª edição, revista, atualizada e ampliada - Outubro 2024** e as ações que visam promover o desenvolvimento nacional sustentável disponibilizadas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Destacamos alguns requisitos importantes sobre a contratação requerida:

1. Deverá ser criada uma **Conta Vinculada**, que somente será movimentada, para liberação do pagamento direto das verbas aos trabalhadores, conforme *inciso I do Art 18 da Instrução Normativa Nº 05, de 25 de maio de 2017 e Artigo 121, § 30, inciso III da Lei nº 14.133/2021.*

1.1 A adoção do modelo da *Conta Vinculada* apresenta várias vantagens em relação ao modelo de Pagamento pelo Fato Gerador. As principais justificativas são as seguintes:

#### **I. Segurança e Garantia de Pagamento de Obrigações Trabalhistas:**

**-Conta Vinculada:** *Este modelo assegura que os valores referentes às obrigações trabalhistas (como salários, FGTS, férias, 13º salário, e verbas rescisórias) sejam depositados em uma conta específica, garantindo que esses recursos serão utilizados exclusivamente para esse fim. Isso evita o risco de inadimplência por parte da contratada, garantindo que os trabalhadores terão seus direitos respeitados.*

**-Pagamento pelo Fato Gerador:** *Neste modelo, os pagamentos são realizados conforme as obrigações se tornam exigíveis, o que pode criar um risco de a contratada utilizar os recursos para outros fins, especialmente em casos de dificuldades financeiras ou má gestão.*

#### **II. Facilidade de Fiscalização:**

**-Conta Vinculada:** *A utilização desta conta facilita a fiscalização por parte da Instituição contratante, já que é possível acompanhar de maneira clara e direta os depósitos e retiradas realizados para o pagamento das obrigações trabalhistas, reduzindo a necessidade de verificação de documentação extensa.*

**-Pagamento pelo Fato Gerador:** *A fiscalização é mais complexa, pois exige a análise detalhada de documentos que comprovem o cumprimento das obrigações trabalhistas, o que pode demandar mais tempo e recursos por parte da administração pública.*

#### **III. Redução de Riscos Jurídicos:**

**-Conta Vinculada:** *Ao garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados por meio da vinculação dos depósitos, a Instituição contratante minimiza o risco de ser responsabilizada subsidiariamente em ações trabalhistas, o que é uma grande vantagem em termos de segurança jurídica.*

**-Pagamento pelo Fato Gerador:** *Como os pagamentos são realizados diretamente à empresa contratada, há um risco maior de que esta não cumpra suas obrigações, o que pode levar a litígios e, eventualmente, à responsabilização subsidiária da instituição.*

#### **IV. Previsibilidade e Planejamento Financeiro:**

**-Conta Vinculada:** *Este modelo permite uma maior previsibilidade no planejamento financeiro da instituição, pois os valores a serem depositados são calculados de forma antecipada e provisionados ao longo do contrato. Isso facilita a gestão orçamentária e a alocação de recursos.*

**-Pagamento pelo Fato Gerador:** *Pode haver imprevisibilidade quanto aos valores exatos que precisarão ser pagos em momentos específicos, especialmente em caso de variações salariais, adicionais ou eventuais encargos.*

#### **V. Proteção Contra Problemas de Solvência da Contratada**

**-Conta-depósito Vinculada:** *Em caso de dificuldades financeiras ou insolvência da empresa*

*contratada, os valores depositados na conta vinculada continuam disponíveis para o pagamento dos trabalhadores, protegendo-os e, ao mesmo tempo, evitando impactos negativos na continuidade dos serviços prestados.*

**-Pagamento pelo Fato Gerador:** *Se a empresa contratada enfrentar problemas financeiros, há um risco elevado de que ela não consiga cumprir com suas obrigações trabalhistas, o que pode resultar em interrupção dos serviços e prejuízos à instituição.*

1.2 Dessa forma, a adoção do modelo da Conta Vinculada é *mais viável e vantajosa* para contratos de prestação de serviços objetos desse estudo, pois oferece maior segurança jurídica, facilita a fiscalização, garante o cumprimento das obrigações trabalhistas, e permite um melhor planejamento financeiro. Constatamos nos autos do Contrato em vigência que esta SR já vem adotando a Conta Vinculada em seus ajustes de Terceirização de mão-de-obra.

2. A *fiscalização* dos serviços deverá ser realizada por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133 /2021 e na IN/SEGES/MP nº 05/2017.

3. Os Documentos de Habilitação a serem exigidos no Edital de licitação devem ter observância ao disposto no *Capítulo VI da Lei 14.133/2021 (jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômica-financeira)* e constarão em tópico específico do **Termo de Referência** e do **Edital** de licitação.

4. Os serviços deverão ser executados nos termos dos dispositivos do **Termo de Referência**, utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas vigentes, em especial os normativos do Ministério do Trabalho.

5. A prestação dos serviços *não gera vínculo empregatício* entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, *vedando-se* qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. Deverá ser observado a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.

7. Conforme já indicado no **DFD** o prazo de vigência da contratação será de 60(sessenta) meses, contados a partir da data pré-estabelecida no instrumento contratual a ser firmado e assinado entre o INCRA e o licitante vencedor do certame, prorrogável por até 10 anos, na forma dos Artigos Nº. 106 e 107 da Lei Nº14.133/2021.

8. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual e prazo definidos no Termo de Referência, a ser comprovada a partir da data da celebração do contrato. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

- Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

9. A CONTRATADA deverá indicar um **preposto** durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade. O Termo de Referência deverá trazer mais detalhes sobre o preposto.

9.1 A exigência do preposto justifica-se pela necessidade de solucionar problemas concernentes a execução dos serviços contratados, dirimindo dúvidas dos seus empregados e também do órgão contratante em tempo hábil, realizar o repasse das atividades programadas para a semana, acompanhar os serviços prestados pelos colaboradores, bem como o cumprimento da obrigatoriedade de uso dos EPI's. Ademais, evita situações de ingerência.

10. Como já foi motivado neste ETP não há requisitos ou soluções de mercado que restrinjam a participação de fornecedores.

**Recomendamos no processo de contratação e na execução do mesmo a observância as *garantias trabalhistas* nos termos do Decreto 12.174, de 11/09/2024, IN SEGES/MGI/Nº 176, de 25/11/2024, IN SEGES /MGI/ Nº 190, de 05/12/2024 e IN SEGES/MGI Nº 213, de 29/05/2025.**

Recomendamos também a observância na elaboração do Edital de Licitação aos dispositivos do Decreto nº 12.516, de 17 de junho de 2025, o qual altera o Decreto nº 11.430, de 08 de março de 2023.

**5. Levantamento de Mercado**

(§1º, Inciso V, art. 18, da Lei 14. 133/2021)

O setor de serviços objeto da demanda requisitada apresenta um mercado bastante pulverizado, com milhares de empresas atuando nesse segmento. Grande parte das empresas ligadas ao setor de Copeiragem também executa outras atividades, tais como serviços de limpeza e conservação, recepção, jardinagem, eletricista, apoio administrativo, entre outras.

O Governo Federal, por sua vez, é um dos grandes atores desse mercado de serviços e, provavelmente, um de seus maiores contratantes no País. O mercado de potenciais empresas para a prestação dos referidos serviços é vasto, considerando que as rotinas gerais para sua operacionalização são relativamente simples, em que não há a necessidade de alto grau de especialização da empresa e de seus funcionários.

A contratação desses serviços é feita, na maior parte das vezes, de forma descentralizada, isto é, pela Unidade Gestora na qual os serviços serão realizados, o que leva à pulverização da atuação da administração pública na contratação e gestão dos mesmos.

Para análise da Solução mais adequada realizamos *pesquisas* no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP), na busca de verificar o *cenário* existente em contratações de outros órgãos públicos, na esfera federal, a partir da análise de licitações realizadas. Observamos que a Solução é bastante *praticada, simplificada e amplamente ofertada* pelo mercado.

Foram analisadas contratações *similares*, constatando-se a existência de *diversas empresas* participando de vários certames licitatórios. Percebemos que a participação de empresas nos certames é bastante *competitiva*, o que mostra benéfico na busca do *melhor resultado* no mesmo. Tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam contratações de forma semelhante a que se pretende adotar, conforme destacamos abaixo:

**Pregões realizados - SERVIÇOS DE COPEIRAGEM**

	Órgão	UASG	Nº do Pregão	Data da Homologação	ID da Contratação
1	INST.FED.DO CEARA/CAMPUS ACARAU	158322	90015/2025	15/05/2025	10744098000145-1-000060/2025
2	INST.FED.DO CEARA/CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE	158316	90001/2025	26/05/2025	10744098000145-1-000046/2025
3	HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL	160345	90012/2024	23/05/2025	00394452000103-1-23066/2024
4	INST.FED.DO R.G.DO NORTE /CAMPUS JOÃO CÂMARA	158373	90001/2025	10/04/2025	10877412000168-1-000026/2025

5	AUDITORIA DA 7A. CJM/PE	060004	90003/2025	07/04/2025	00497560000101-1-000042/2025
6	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE PERNAMBUCO	158136	90002/2024	23/04/2025	10767239000145-1-000115/2024
7	SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 4A.RF /PE	170058	90004/2025	21/02/2025	00394460000141-1-000075/2025
	SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 4A.RF /PE	170058	90007/2024	04/11/2024	00394460000141-1-000872/2024
8	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RN	200123	90003/2024	23/09/2024	00394494010441-1-000487/2024
9	SUPERINTENDENCIA REG.DEP. POLICIA FEDERAL - CE	200392	90007/2024	16/07/2024	00394494000136-1-000595/2024
10	INST.FED.DO R.G.DO NORTE /CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	154582	90002/2025	17/06/2025	10877412000168-1-000084/2025

Analisando essas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, não identificamos a existência de novas metodologias, tecnologias e/ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, mantendo-se uma *padronização* na forma de contratação deste tipo serviço para a Administração Pública.

Analisando as *Soluções* de mercado dessa pesquisa encontramos os seguintes *Modelos*:

#### **Solução 1 - Contratação de Serviços com Fornecimento de Insumos em Quantidades e Periodicidades Preestabelecidas:**

**Descrição:** A empresa contratada fornece os serviços juntamente com os insumos necessários (materiais, equipamentos) em quantidades e periodicidades acordadas previamente no Termo de Referência.

##### **Vantagens:**

**Planejamento Previsível:** A instituição pode prever os custos e as quantidades de insumos, facilitando o orçamento e a gestão de estoque.

**Conformidade com Normas:** A empresa contratada é responsável por garantir que os insumos estejam de acordo com os padrões de qualidade e normas de segurança.

**Redução de Esforço Administrativo:** A gestão do estoque de insumos é responsabilidade da empresa contratada.

##### **Desvantagens:**

**Rigidez:** Alterações nas necessidades ao longo do contrato podem ser difíceis de acomodar, caso haja mudanças na periodicidade ou na quantidade necessária.

**Possível Desperdício:** A periodicidade fixa pode levar a excessos ou faltas de insumos em determinadas épocas do ano.

#### **Solução 2 - Contratação de Serviços com Fornecimento de Insumos Sob Demanda:**

**Descrição:** A empresa contratada é responsável pela prestação dos serviços além do fornecimento de insumos conforme a necessidade real, ou seja, sob demanda.

##### **Vantagens:**

**Flexibilidade:** A instituição pode ajustar os pedidos de insumos conforme a necessidade real, evitando desperdícios e garantindo que os recursos estejam disponíveis quando necessário.

**Economia:** Possibilidade de otimização de custos ao evitar a compra de insumos desnecessários.

**Eficiência:** Respostas rápidas a mudanças nas necessidades, como eventos ou alterações no uso das instalações.

**Desvantagens:**

**Gestão mais Complexa:** Exige uma comunicação contínua e eficaz entre a instituição e a empresa contratada para garantir que os insumos estejam disponíveis no momento certo.

**Riscos de Falta:** Em caso de falhas na gestão do fornecimento sob demanda, pode haver períodos de escassez de insumos.

**Solução 3 - Contratação de Serviços sem Fornecimento de Insumos**

**Descrição:** A empresa contratada fornece apenas os serviços sem incluir o fornecimento de insumos, que são adquiridos e gerenciados pela própria instituição.

**Vantagens:**

**Controle Total:** A instituição tem total controle sobre a compra, qualidade e gestão dos insumos, podendo escolher fornecedores e negociar preços.

**Potencial de Redução de Custos:** Se bem gerido, pode resultar em economias significativas na compra de insumos.

**Flexibilidade:** A instituição pode adaptar a aquisição de insumos conforme mudanças na demanda ou em caso de eventos especiais.

**Desvantagens:**

**Aumento da Carga Administrativa:** A instituição precisa dedicar recursos para gerenciar a compra, estocagem e distribuição dos insumos.

**Risco de Falhas Logísticas:** Caso haja falhas na gestão de insumos, pode ocorrer escassez, prejudicando a continuidade dos serviços.

**Responsabilidade Total:** A responsabilidade de conformidade com as normas de segurança e qualidade dos insumos recai sobre a instituição.

Diante do exposto, temos que a **Solução 1** (contratação de serviços com fornecimento de insumos) oferece um equilíbrio ideal entre flexibilidade, controle de custos, e eficiência operacional, adaptando-se perfeitamente aos cenários, necessidades dinâmicas e exigentes existentes no INCRA/RN.

Esse tipo de Solução gera *eficiência* na Gestão de recursos, *redução* da carga Administrativa (*com o fornecimento de insumos, a responsabilidade pelo gerenciamento do estoque recai em grande parte sobre a empresa contratada*). Isso libera a instituição de tarefas logísticas complexas, permitindo que os gestores se concentrem em outras áreas críticas.

Outro aspecto positivo da opção por esta Solução é a resposta ágil(*a contratação permite uma resposta mais rápida a situações emergenciais ou imprevistas*).

Outro ponto positivo da opção por esta Solução é a conformidade e qualidade/garantia de Padrões de qualidade(*a contratação de uma empresa especializada, que gerencia o fornecimento de insumos, pode garantir que os produtos atendam a padrões específicos de qualidade e normas de segurança, essenciais para o ambiente*).

Outro aspecto positivo desta Solução é a atualização constante(*empresas especializadas estão mais preparadas para fornecer insumos que acompanhem as melhores práticas e inovações do mercado, garantindo que a instituição utilize materiais eficientes e seguros*).

Além disso, esse modelo é amplamente utilizado pelo mercado, sendo adotado por diversas instituições e órgãos públicos, conforme foi exemplificado na pesquisa existem diversas empresas no mercado que oferecem esse tipo de Solução.

Vale ressaltar que a alternativa de contratação dos serviços requisitados SEM o fornecimento de materiais, uniformes, ferramentas e equipamentos foi analisada, contudo foi descartada, pois acarretaria maiores custos para a Administração Pública, não somente no quesito financeiro da aquisição desses itens, mas relacionados a custo e tempo para os procedimentos licitatórios, tendo em vista que o pregões desta natureza tem um acentuado risco em diversos itens *desertos* ou *fracassados*. O risco de refazer, novamente, o procedimento licitatório, poderia gerar sérios transtornos e ainda possíveis atrasos nas entregas, na gestão de estoques e controle patrimonial, ficando as expensas da Administração Pública a reposição de materiais em caso de necessidade, o reparo ou substituição de equipamentos e ferramentas em casos de avarias, dentre outros aspectos que poderiam comprometer a adequada execução do serviço.

Em relação a *fornecimento dos materiais e uniformes* projeta-se que as empresas especializadas conseguem preços bem inferiores, possivelmente, em razão do ganho de escala e de negociações efetuadas com fornecedores do segmento, o que reforça a vantagem da manutenção destes materiais sob a responsabilidade e ônus da contratada.

Portanto, não se vislumbram outras Soluções de mercado que não seja a *terceirização* para a prestação dos serviços propostos, visto que inexistem quadros funcionais do INCRA para execução dos respectivos serviços, restando a impossibilidade de aproveitamento dos recursos humanos da própria Administração.

Assim, buscou-se identificar as Soluções existentes no mercado, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, levando-se em conta aspectos de *economicidade, eficácia e eficiência*.

No caso da contratação pretendida ressalta-se que os serviços não possui exigências ou especialidades complexas que dificultem os fornecedores recrutarem e contratarem as pessoas que desenvolverão as atividades. A solução apresentada neste ETP é a forma usual e já sedimentada nos órgãos e entidades.

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de *audiência pública* para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

## 6. Descrição da solução como um todo

(§ 1º, Inciso VII, Art. 18, , da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

Considerando os *cenários, motivos e justificativas* já apresentadas neste documento, a contratação da prestação de serviços de **Copeiragem (Copeira)** leva-nos a percepção de que a *terceirização* é a que atende melhor as necessidades desta SR/RN, optando pela **Solução 1** como a mais viável diante dos cenários apresentados neste documento, ficando a empresa responsável pelo gerenciamento de todos os contratados da equipe (quadro de pessoal), bem como fornecimento de materiais em conformidade com legislações vigentes, quantidades necessários estimadas e fornecimento de equipamentos e EPIs, conforme disposto no Termo de Referência.

Assim, sugerimos que a demanda dos serviços e o fornecimento de material sejam licitados *conjuntamente*, pelos cenários, motivos e justificativas já apresentadas neste ETP.

Como podemos ver os serviços possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações *usuais* no mercado, portanto, trata-se de *serviços comuns*, a serem executados de forma *contínua*.

A Solução para atendimento das necessidades desta SR é bastante simplificada, sendo materializada pela empresa contratada mediante alocação de empregados para desenvolvimento das atividades necessárias, de acordo com as disposições deste documento e demais artefatos como o Termo de Referência, o qual balizará o processo licitatório.

Assim, recomendamos que a demanda seja contratada através de licitação, na modalidade **pregão**, na sua forma **eletrônica**, nos termos do **art. 28 e 29 da Lei nº 14.133/21**, com observância aos dispositivos da IN/SEGES/ME n. 73/2022, Lei Complementar n. 123/2006 e de outras normas aplicáveis.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

(art. 9º, inciso V da IN 58/2022)

Segundo o requisitante da demanda as *estimativas* da quantidade de *postos para os serviços de Copeiragem* tiveram por objetivo manter os *cenários* praticados em contratos anteriores e o atual, em vigência, para o mesmo objeto e a perspectiva para as mesmas rotinas administrativas e com base no histórico de utilização do serviço nesta sede.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.177.024,80

O Valor Estimado da contratação deverá ser confirmado através de ampla Pesquisa de Preços com base na *IN/SEGES/ME/Nº 65, DE 07/07/2021*.

Nos autos do processo em epígrafe foi realizada Pesquisa de Preços confirmando a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo, planilhas de custos e formação de preços, materiais e dos documentos que lhe dão suporte (**SEI 26375225**), com Relatório conclusivo da Análise da Pesquisa feito por um Contador, servidor público deste órgão (**SEI 26375288**). O Valor Global Estimado da contratação refere-se a uma vigência inicial de 60 (sessenta) meses de contrato.

Destacamos alguns *recortes* importantes para administração sobre os procedimentos quando da realização da *Pesquisa de Preços*, com base na *IN/SEGES/ME/Nº 65, DE 07/07/2021*, no *Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU*, no *Caderno de Logística de Pesquisa de Preços do MGI* e na *jurisprudência do TCU*:

*“I - A pesquisa de preços é o mecanismo pelo qual a Administração Pública obtém os preços que servirão de referência para a fixação do valor estimado da contratação, valendo-se, para tanto, dos parâmetros indicados no §1º do art. 23 da Lei 14.133/21. A pesquisa deve ser tão ampla quanto necessário à vista do objeto, do mercado e dos riscos envolvidos na contratação, ficando, a utilização de três orçamentos, restrita a situações de menor potencial lesivo em caso de erros. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União se solidificou no sentido de que a pesquisa deve formar uma “cesta de preços” composta por preços de diversas fontes. Feita a pesquisa, os valores colhidos são submetidos ao tratamento por meio da utilização de método destinado à obtenção do preço estimado, o qual, a rigor, orientará a elaboração das propostas e o julgamento da licitação.*

*II - A justificativa do preço é a demonstração da coerência entre a decisão administrativa de contratar por um determinado valor, considerando a pesquisa de preços realizada, o valor estimado e as características da contratação que está sendo realizada. A justificativa do preço, portanto, é muito mais do que a pesquisa. Seu objetivo é subsidiar, motivar a decisão administrativa sob os especiais enfoques da razoabilidade e da economicidade, considerando a situação concreta. Há um componente variável, uma análise crítica de elementos específicos a cada contratação, destinada a demonstrar que o preço praticado, naquele caso, é o mais apropriado. Nesses termos, a construção da justificativa deve ser orientada a respaldar o gestor quanto ao acerto da sua decisão, demonstrando a coerência do preço*

*praticado para aquela contratação em especial, levando em conta, inclusive, seu fundamento legal, não se limitando à comprovação, por meio de documentos fiscais ou tabelas de preços, de que o preço ofertado é condizente com o praticado pelo mercado.*

*III - A pesquisa de preços é um processo essencial que envolve a coleta e análise de dados sobre os preços de bens e serviços disponíveis no mercado. No âmbito da administração pública, essa investigação proporciona informações valiosas que permitem a seleção da melhor oferta e a alocação responsável dos recursos públicos. De acordo com a atual Lei de Licitações e Contratos a pesquisa de preços é um procedimento obrigatório, visando evitar contratações com sobrepreço ou preços manifestamente inexequíveis.”*

Como vemos, a pesquisa de preços é um elemento essencial para a administração pública ter processos mais *eficientes, transparentes e responsáveis*. Ao seguir os seus fundamentos, assegurando sua importância e aplicação prática, o setor público fortalece sua capacidade de garantir o *melhor uso dos recursos públicos*, promovendo a *transparência, a eficiência e o combate à corrupção* nas contratações governamentais. A pesquisa de preços procura evitar o estabelecimento de preço artificialmente elevado para os serviços demandados e, ao mesmo tempo, evitar a contratação de serviços por preço muito reduzido que possam levar ao inadimplemento e/ou a inexecução do contrato, com prejuízos para a Administração Pública. A *pesquisa de preços* é de fundamental importância para administração pública para:

*1. Economia de recursos; 2. Transparência; 3. Eficiência; Conformidade legal e Combate a Corrupção.*

Pode-se constatar no PNCP do governo federal que as empresas do setor dada a sua natureza de demanda de grande volume de material, se beneficiam da economia de escala. Esta condição propicia uma possível *redução dos custos* previstos com material, fundamentada na *comparação* dos valores declarados pela contratada atual com os valores levantados na pesquisa de mercado varejista.

Vale observar também que a *planilha de custo e formação de preços* é o instrumento para aferir o preço referência e avaliar a regularidade dos preços ofertados no certame. Cumpre reconhecer que sem a Planilha de Custos e Formação de Preços não haveria *parâmetros* confiáveis para verificação da conformidade e pertinência das propostas dos licitantes.

Ressaltamos que compete ao licitante apresentar proposta comercial detalhando todos os custos envolvidos e necessários para a prestação do serviço e indicar qual instrumento de acordo coletivo de trabalho está usando como referência para a composição de preços. A proposta deve contemplar *planilha* de custo e formação de preço, documento esse elaborado e também de responsabilidade do licitante.

Vale ressaltar que os preços estimados pela administração *não possuem caráter sigiloso*, objetivando fornecer uma *referência* dos custos que os licitantes terão que arcar com a prestação dos serviços, mitigando os potenciais prejuízos de contratações inexequíveis, além de não representar riscos aumentados à competitividade do certame, dada a estrutura de oferta dos serviços em questão.

Diante de tais fatos, a perspectiva é de que a nova licitação proporcione uma considerável *economia de recursos*, incluindo a *redução no uso de materiais e a melhoria no valor do contrato*. Desta forma, vislumbramos que a futura contratação possa ser altamente *vantajosa e econômica* para SR/RN. Assim, um novo processo licitatório promete proporcionar uma contratação mais *eficiente e econômica*, estabelecendo um marco de melhor utilização dos recursos públicos.

Informa o requisitante da demanda que a contratação pretendida tem consonância com o planejamento estratégico do INCRA, pois consta no PGC atual e também na sua programação orçamentária e financeira. A administração deve juntar aos autos a Nota de Crédito correspondente a cobertura orçamentária com a respectiva contratação.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

*(art. 9º, inciso VII da IN 58/2022)*

Conforme estipulado na alínea b, do inciso V, do art. 40, da Lei 14.333/2021, o planejamento de compras governamentais deve observar o princípio do parcelamento. Tal princípio se aplica quando a divisão da compra em partes menores é tecnicamente viável e proporciona vantagens econômicas para a administração pública.

O objeto deste estudo não é passível de parcelamento, ainda que o parcelamento seja regra, pois a licitação deverá ser realizada com apenas um item. Vale ainda destacar que os serviços a serem contratados não demanda nenhuma complexidade técnica.

Informamos que o planejamento alinha-se com o *princípio da economicidade*, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de maneira *eficiente e eficaz*.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

(art. 9º, inciso VIII da IN 58/2020)

No caso específico do processo de licitação em consideração, não há indicação de que a contratação em questão tenha implicações diretas ou indiretas sobre outras contratações. Destarte, não são necessárias aquisições adicionais ou acessórias ao presente pleito.

Portanto, pode-se afirmar que, com base nas informações fornecidas neste Estudo, o processo de licitação em análise não apresenta contratações correlatas nem interdependentes que afetem sua viabilidade ou contratação.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

(art. 9º, inciso IX da IN 58/2022)

A contratação da prestação dos serviços continuados terceirizados requeridos está alinhada com o planejamento de contratações deste Órgão e constante do Plano de Contratação Anual (PAC) vigente, conforme já registrado neste ETP, mormente do cumprimento das metas institucionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Rio Grande do Norte. Ao garantir esse alinhamento, é possível otimizar os recursos disponíveis e assegurar a eficiência contratação.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

(art. 9º, inciso X da IN 58/2022)

Entendemos inúmeras são as vantagens para Administração que esse modelo de contratação oferece, tais como:

I - Melhor prestação de serviços públicos com qualidade e excelência.

II - a utilização de pessoal e equipamentos adequados no ambiente da Unidade refletirá nos resultados produtivos e melhoria do atendimento prestado à sociedade; não implicará em custos diretos com contratação, treinamento e administração de mão de obra; os padrões aqui definidos contam com especificações usuais no mercado e permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados; os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida; a modalidade Pregão, na forma Eletrônica, por ser realizado à distância, confere ao procedimento maior transparência e impessoalidade e aumenta a possibilidade de obter menor preço.

assim, os benefícios diretos e indiretos que o órgão almeja com a contratação proposta são evidentes em termos de *economicidade, eficácia, eficiência*, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, trazendo maior otimização da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade e tratando-se de *serviço necessário e essencial, sendo fundamental para o funcionamento regular deste órgão*.

### 13. Providências a serem Adotadas

(art. 9º, inciso XI da IN 58/2022)

Ressaltamos que os procedimentos para contratação requerida deverão passar pelas Fases de **Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato**, nos termos da IN 5/2017.

Lembramos que na elaboração dos *artefatos* devem ser utilizadas as excelentes **minutas-padrão**, atualizadas, disponibilizadas pela AGU.

Deve ser considerada a necessidade de *capacitação* de servidores para atuarem na *contratação e fiscalização* dos serviços nos termos da legislação vigente.

Para esta contratação *não há necessidade* de adequação do ambiente deste órgão, visto que se trata de prestação continuada e a infraestrutura desta SR está adequada à execução dos serviços requeridos. Portanto, não se vislumbra necessidades de tomada de providências e adequação para a solução ser contratada e o serviço prestado.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

(art. 9º, inciso XII da IN 58/2022)

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

Não se vislumbram impactos ambientais relevantes decorrentes da presente contratação, destacando-se, contudo, a Contratada ter observância, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade contidos no Termo de Referência, IN/SLTI/MPOG nº 01/2010, bem como as Práticas de Sustentabilidade do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU - 7ª edição, revista, atualizada e ampliada - Outubro 2024**, no qual fazemos o seguinte destaque:

**"2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** - A nova Lei de Licitações do Brasil (Lei nº 14.133, de 2021), em seu art. 5º, confirma, inquestionavelmente, o desenvolvimento nacional sustentável como princípio, reconhecendo-o como valor fundamental no ordenamento jurídico brasileiro. 1 Vale lembrar que desenvolvimento nacional sustentável não se restringe à preservação ambiental, pois além da observância do fundamental aspecto ambiental, as dimensões social, econômica e cultural também estão englobadas. A sustentabilidade deve, portanto, ser entendida como o princípio que tem por objetivo proteger situações especialmente valoradas, que merecem a tutela jurídica para a sua permanência. As várias dimensões da sustentabilidade encontram no ambiente ecologicamente protegido o centro da proteção. A erradicação da pobreza, por exemplo, pressupõe a ausência de pobreza em um ambiente ecologicamente equilibrado, pois a vida com qualidade se desenvolve em um ambiente saudável, com a natureza protegida. Em outras palavras: a vida digna está diretamente associada ao entorno saudável, limpo, que atenda às necessidades atuais e que continue a atender às necessidades das gerações futuras. No Brasil, as licitações são

*um meio crucial para a concretização do princípio do desenvolvimento nacional sustentável. Nada obstante, a incorporação desse princípio pelo sistema jurídico brasileiro tornou a atuação da Administração Pública, no campo das licitações e contratações públicas, mais complexa, demandando conhecimentos abrangentes para a adequada escolha do objeto e para o estabelecimento de obrigações que efetivamente atendam ao princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável sob os aspectos ecológico, econômico e social(...)"*.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Declaramos que a *Solução* proposta no presente estudo se mostra adequada ao atendimento das necessidades apresentadas pela unidade requisitante, sendo viável administrativa e economicamente, tanto do ponto de vista da estimativa do montante da despesa pública quanto ao ponto de vista da estrutura do mercado ofertante dos serviços.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCELO GOMES FOSSILE**

Equipe de Planejamento da Licitação



Assinou eletronicamente em 27/11/2025 às 14:11:17.

**FABIANA DANTAS SOARES ALVES DA MOTA**

Equipe de Planejamento da Licitação